



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE

QUARTA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO DE 2023

ANO: II

EDIÇÃO Nº: 02315 56Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 205/2023

REGULAMENTA AS CONTRATAÇÕES DIRETAS NO AMBITO DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE, DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Santa Tereza do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e

Considerando as disposições do inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal, excepcionando, a possibilidade de contratação direta no âmbito da Administração pública;

Considerando as mudanças trazidas pela Lei Federal 14.133/2021, no que tange aos procedimentos para contratações diretas, na forma de Dispensa e Inexigibilidade;

Considerando a necessidade de Regulamentação dos Art. 72 a 75 da Lei Federal 14.133/2021, com vistas a permitir a efetivação prática da aplicação dos referidos artigos e;

Considerando por fim, as disposições da Lei Orgânica do Município de Santa Tereza do Oeste, que trata sobre a possibilidade de regulamentação no âmbito Municipal de forma complementar sobre o tema licitações e contrato administrativo:

DECRETA:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

SEÇÃO I DO OBJETO

Art. 1º - O presente Decreto regulamenta as hipóteses de contratação direta por parte da Administração Pública, no âmbito do Município de Santa Tereza do Oeste, previstas nos artigos 72 a 75 da Lei 14.133/2021.

Parágrafo único – As regras de que tratarão o presente Decreto, enquadra as hipóteses de Inexigibilidade de Licitação (art. 74) e Dispensas de Licitação (art. 75) previstas na Lei 14.133/2021.



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por ELIO MARCINIÁK. A Prefeitura Municipal de Santa Tereza do Oeste, PR da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de <http://www.santatereza.pr.gov.br> link Diário Oficial.

[Início](#)



DIÁRIO OFICIAL

De acordo com a Lei nº 953 de 05 de Dezembro de 2012

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE

QUARTA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO DE 2023

ANO: II

EDIÇÃO Nº: 02315 56Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

SEÇÃO II DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º - Para fins do disposto neste Decreto, consideram-se:

I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP: Plataforma de Sistema informatizado disponibilizado via web, pelo Governo Federal para a realização de divulgações e publicações de procedimentos de contratações públicas.

II - Contratação direta: contratação de bens e serviços sem procedimento de licitação;

III - Inexigibilidade de licitação: hipóteses de contratação direta onde a competição é impossível de acordo com as peculiaridades previstas no artigo 74 da Federal nº 14.133/2021, cujo rol é meramente exemplificativo;

IV - Dispensa de licitação: contratação com licitação dispensada ou dispensável nos moldes do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, cujo rol é taxativo;

V - Dispensa eletrônica: Contratação direta realizada através de plataforma de sistema eletrônico com regras específicas que proporcione competição entre fornecedores por meio de lances;

VI - Bens e serviços especiais: aqueles que apresentam complexidade e peculiaridades não podem ser encontradas corriqueiramente no mercado, e/ou, que não apresentem especificações que possam ser definidas de forma clara e objetiva, carecendo de justificativa;

VII - Projeto: Esforço único, temporário e progressivo empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo, desenvolvido por setores competentes na respectiva área compreendendo termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo;

VIII - Ata de registro de preços: Instrumento pelo qual os preços ficam registrados, com vistas à aquisição/contratação futura, facultativo ao Município e vinculativo ao Detentor da Ata.

IX - Estudo Técnico Preliminar: Ato formal da Secretaria Requisitante, que aponta todas as especificações e condições que devem permear a contratação do objeto;

CAPÍTULO II DA CONTRATAÇÃO DIRETA SEÇÃO I DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por ELIO MARCINIAK. A Prefeitura Municipal de Santa Tereza do Oeste, PR da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de <http://www.santatereza.pr.gov.br> link Diário Oficial.

[Início](#)



DIÁRIO OFICIAL

De acordo com a Lei nº 953 de 05 de Dezembro de 2012

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE

QUARTA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO DE 2023

ANO: II

EDIÇÃO Nº: 02315 56Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Art. 3º - O processo de contratação direta, formalizados através de Inexigibilidade ou dispensa de licitação, deverá conter os seguintes documentos:

- I – Ofício Requisatório da Secretaria/Departamento solicitante, que aponte:
 - a) Endereçamento;
 - b) Indicação do objeto pretendido com especificação detalhada e pormenorizada do mesmo;
 - c) Quantidade solicitada, indicando se trata-se de efetiva ou mera estimativa;
 - d) Justificativa para a aquisição/contratação do Objeto;
 - e) Indicação de prazos de entrega, execução, vigência de contrato, garantia mínima;
 - f) Indicação dos locais de entrega e/ou prestação dos serviços;
- II – Estudo técnico preliminar – ETP, se aplicável;
- III – Avaliação de riscos, se aplicável;
- IV – Projeto básico ou projeto executivo, para o caso de obras e serviços de engenharia;
- V – Indicação da previsão dos valores que serão despendidos para despesa;
- VI – Justificativa de preço adotado;
- VII – Comprovação de existência de prévia dotação de ordem orçamentaria;
- VIII – Motivos que justificam a escolha do contratado;
- IX – Indicação, acompanhado de documentos comprobatório da qualificação técnica do contratado, conforme cada caso;
- X - Parecer jurídico;
- XI - Parecer técnico, se for o caso;
- XII – No caso de dispensa de licitação com base no inciso VIII do art. 75 da Lei 14.133/2021, a comprovação da existência de situação de emergência, sempre através de documentos;
- XIII - Autorização da autoridade competente;

§ 1º - Para as contratações que tenham por fundamentos o inciso III e alíneas “b”, “c” e “f”, do inciso IV do art. 75 da Lei 14.133/2021, será obrigatória a elaboração de ETP – Estudo Técnico Preliminar e EAR – Estudo de análise de Riscos.

§ 2º - A Administração Pública Municipal deverá publicar o ato que autoriza a contratação direta, em site ou sistema eletrônico oficial do Município, diário oficial, portal transparência. A publicação em jornal físico de circulação Local/Regional, será facultativa.



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por ELIO MARCINIAC. A Prefeitura Municipal de Santa Tereza do Oeste, PR da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de <http://www.santatereza.pr.gov.br> link Diário Oficial.

[Início](#)



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE

QUARTA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO DE 2023

ANO: II

EDIÇÃO Nº: 02315 56Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

§ 3º - Será facultativa a elaboração do ETP – Estudo Técnico Preliminar e EAR – Estudo de Análise de Riscos nos seguintes casos:

I – Para contratações cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do Art. 75 da Lei 14.133/21;

II – Nas contratações realizadas quando em casos de guerra e emergenciais, citadas nos incisos VII e VIII do artigo 75 da Lei 14.133/21;

§ 4º - São documentos indispensáveis ao processo de compra/contratação:

I – Ofício Requisitório, emitido pela Secretaria solicitante, definindo de forma pormenorizada o objeto a ser contratado, com indicação dos prazos inerentes;

II – Autorização da Autoridade competente;

III – Indicação, pelo setor responsável, de prévia dotação de ordem orçamentaria, para fazer frente a tais despesas;

IV – Parecer Jurídico;

V – Proposta de preços com a especificação do objeto ofertado, com indicação de marca e modelo, se for o caso, prazos de garantia e fornecimento, acompanhado de documentos de habilitação que consistirá no mínimo em:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão (Negativa ou Positiva com efeitos de Negativos ou outra equivalente, na forma da Lei) de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, expedido pela Secretaria da Receita Federal, do domicílio ou sede do proponente;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda do domicílio ou sede do proponente;

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda (Prefeitura) do domicílio ou sede do proponente;

f) Prova de regularidade relativa ao FGTS (Certificado do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), conforme artigo 29, inciso IV da Lei 8.666/93;

g) Certidão negativa de débitos relativos à justiça do trabalho (CNDT), conforme determinação legal, que pode ser retirada através do Site www.tst.gov.br.

h) Qualificação técnica se for o caso, inerente ao ramo de atividade desenvolvida pelo contratado;

i) Declaração conjunta;



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por ELIO MARCINIÁK. A Prefeitura Municipal de Santa Tereza do Oeste, PR da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de <http://www.santatereza.pr.gov.br> link Diário Oficial.

[Início](#)



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE

QUARTA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO DE 2023

ANO: II

EDIÇÃO Nº: 02315 56Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

§ 5º - A Administração Pública poderá exigir documentos específicos como condição de contratação, de acordo com o fundamento e justificativa da contratação.

Art. 4º - A Competência para autorizar processos de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação será do Chefe do executivo.

§ 1º - Poderá, o Chefe do Executivo, por ato próprio, delegar a autorização de que trata o caput deste artigo, aos Secretários Municipais;

§ 2º - Aplica-se o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21, no que couber, aos processos de contratação direta.

Art. 5º – Quando não for possível a estimativa de preços da forma que estabelece o art. 23 da Lei 14.133/21, caberá à contratada demonstrar que o preço proposto está dentro dos padrões de mercado para a Administração Pública, por ela praticados, através de notas fiscais, e/ou contratos anteriores;

Parágrafo único – A Administração Pública poderá ainda valer-se dos meios de convicção e formação dos preços, estabelecidos no Decreto Municipal 204/2023, que trata sobre pesquisa de preços.

Art. 6º - Nos termos do § 6º do art. 82 da Lei 14.133/21, poderá a Administração Pública valer-se do Sistema de Registro de Preços nas compras e contratações realizadas através de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação;

Art. 7º - Ficará dispensado de análise e Parecer Jurídico os processos de contratação direta de pequeno valor, cuja fundamentação recaia sobre os incisos I e II do artigo 75 da Lei 14.133/21;

§ 1º - Considera-se, para fins deste decreto, pequeno valor, aquele que não supere 10% (dez por cento) do limite previsto nos incisos I e II do art. 75 da Lei 14.133/21.

§ 2º - Não estão dispensados da análise jurídica, as contratações diretas por inexigibilidade e dispensas por justificativa, não enquadradas nos incisos I e II do art. 75 da Lei 14.133/21.

§ 3º - A Administração Municipal, poderá, por ato próprio, dispor sobre outras hipóteses de dispensação de análise e parecer jurídico, no caso de contratações diretas.

Art. 8º - A Administração Pública deverá publicar o ato que dispensou ou declarou inexigível a licitação, bem como o extrato do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, junto ao Diário Oficial Eletrônico do Município, Portal Transparência e Diário Oficial Físico, se houver;

§ 1º - As publicações de que trata o caput, junto ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, ocorrerão no prazo de 10 (dez) dias, observado o prazo de aplicabilidade obrigatória, prevista no Art. 176 da Lei 14.133/21.



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por ELIO MARCINIÁK. A Prefeitura Municipal de Santa Tereza do Oeste, PR da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de <http://www.santatereza.pr.gov.br> link Diário Oficial.

[Início](#)



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE

QUARTA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO DE 2023

ANO: II

EDIÇÃO Nº: 02315 56Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

§ 2º - A Publicação será o marco temporal para início de vigência e efeitos dos contratos celebrados pela Administração Pública, para fins das contratações diretas, salvo exceções.

§ 3º - As contratações diretas realizadas com base no inciso VIII do art. 75 da Lei 14.133/21, terão vigência e efeitos imediatos, contados de sua assinatura, cabendo à Administração Pública promover a publicação nas condições e prazos estabelecidos no caput deste artigo.

§ 4º - A divulgação de que trata o caput deste artigo, quando referente à contratação de profissional do setor artístico por inexigibilidade, deverá identificar os custos do cachê do artista, dos músicos ou da banda, quando houver, do transporte, da hospedagem, da infraestrutura, da logística do evento e das demais despesas específicas.

§ 5º - A ausência de publicação dos atos estabelecidos no caput deste artigo poderá ensejar a nulidade do procedimento, com efeitos *ex nunc*, salvo comprovado dolo ou má-fé.

SEÇÃO II

DA DISPENSA DE LICITAÇÃO E SEU PROCEDIMENTO

Art. 9º - É dispensável a licitação nos casos previstos no caput do art. 75 da Lei 14.133/21, em especial à:

I - Contratação de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

II - Contratação de outros serviços e compras que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

III - Contratação de obras, bens e serviços, incluídos os serviços de engenharia, nos termos do disposto no inciso III e seguintes do caput do art. 75 da Lei 14.133/21.

IV - Demais hipóteses previstas no art. 75 da Lei 14.133/21, o qual possui rol taxativo.

§ 1º - Caberá a contratação direta, por dispensa de licitação, independente de valor, em situação de emergência ou calamidade pública, decorrente de ação não humana, ou humana involuntária, imprevisível e excepcional, com fundamento no VIII do art. 75 da Lei 14.133/21, a qual deverá ser justificada por ato normativo, e/ou outros documentos aptos a comprovar a situação de anormalidade.

§ 2º - Caberá ainda a contratação por dispensa de licitação, com base no inciso VIII do art. 75 da Lei 14.133/21, para manter a continuidade dos serviços e/ou fornecimento, essenciais a manutenção do serviço público, até que sejam adotadas as providências para conclusão de processo licitatório específico.



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por ELIO MARCINIÁK. A Prefeitura Municipal de Santa Tereza do Oeste, PR da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de <http://www.santatereza.pr.gov.br> link Diário Oficial.

[Início](#)



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE

QUARTA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO DE 2023

ANO: II

EDIÇÃO Nº: 02315 56Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

§ 3º - Caberá, abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade do agente causador da emergência de que trata o §2º deste artigo.

§ 4º - Mesmo a dispensa de licitação com base no inciso VIII do art. 75 da Lei 14.133/21, deverá observar a pesquisa de preços prevista no Decreto 204/2023 desta Municipalidade, salvo devidamente justificativa.

§ 5º - Para fins de limitador das contratações baseadas nos incisos I e II do art. 75 da Lei 14.133/21 e art. 9º deste Decreto, deverão ser observados:

I - O somatório do que for despendido no exercício financeiro pelo Município de Santa Tereza do Oeste; e

II - O somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

§ 6º - Considera-se ramo de atividade a participação econômica do mercado, identificada pelo nível de subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

§ 7º - O disposto no § 5º deste artigo não se aplica às contratações de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do Município, incluído o fornecimento de peças, na forma do § 7º do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, salvo quando houver contrato ou ata de registro de preços vigente.

§ 8º - Responderão de forma solidária, o contratado e o agente responsável pela autorização, em caso de contratação direta indevida, realizada com dolo, fraude ou erro grosseiro conforme determina o art. 73 da Lei 14.133/21.

§ 9º - Os valores de que tratam os incisos I e II do art. 9º deste Decreto, adotará o mesmo índice de reajuste e tabela de valores divulgados anualmente pela União.

Art. 10 - O Município deverá afixar através de edital, no site, portal transparência ou Diário Oficial Eletrônico/Físico, o procedimento de dispensa com a especificação completa do objeto que pretende contratar, prazos, garantia, e demais condições peculiares ao objeto.

§ 1º - O procedimento ficará publicado, pelo prazo mínimo de 03 (três) dias úteis, para que os interessados possam apresentar sua proposta juntamente com documentação.

§ 2º - O aviso de Dispensa de Licitação deverá conter:

a) Especificação pormenorizada do objeto, com indicação de prazos de entrega, execução, garantia, conforme o caso e preço máximo;

b) Indicação do número do processo administrativo e da dispensa de Licitação;



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por ELIO MARCINIÁK. A Prefeitura Municipal de Santa Tereza do Oeste, PR da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de <http://www.santatereza.pr.gov.br> link Diário Oficial.

[Início](#)



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE

QUARTA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO DE 2023

ANO: II

EDIÇÃO Nº: 02315 56Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

- c) O fundamento utilizado, nos moldes do art. 75 da Lei 14.133/21;
- d) Os meios para encaminhamento da proposta e documentos de habilitação;
- e) O prazo final de encaminhamento;
- f) Os caminhos para aferição do vencedor por parte dos interessados;
- g) Data e nome do agente responsável;

§ 3º - Não se aplica o procedimento estabelecido nos parágrafos 1º e 2º deste artigo às contratações que tiverem por base o inciso VIII do art. 75 da Lei 14.133/21

§ 4º - A critério da Administração Pública, de maneira justificada, o valor máximo de que trata a alínea "a" poderá ser sigiloso até a data da declaração do vencedor, valendo-se das mesmas regras estabelecidas no art. 13 do Decreto Municipal 204/2023, que trata sobre a pesquisa de preços.

§ 5º - Não será admitida a recepção de propostas após o prazo estabelecido no aviso de dispensa, mesmo que, de valor mais econômico.

Art. 11 – Nos casos de contratação em razão do valor, bem como, aquelas com entrega imediata e que não resultem de obrigações futuras, independentemente do valor, o contrato poderá ser substituído por Nota de empenho, Requisição de Compra, Ordem de fornecimento e ou execução;

Parágrafo único - É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração Pública.

Art. 12 – Nas dispensas de licitação previstas nos incisos I e II do art. 75 da Lei 14.133/21, será dada preferência de contratação às microempresas e empresas de pequeno porte, sediadas no âmbito do Município de Santa Tereza do Oeste, respeitada a existência mínima de 03 (três) propostas válidas, nos moldes da legislação específica.

§ 1º - Para fins de aplicação do contido no caput deste artigo, a Administração deverá observar a regras estabelecidas no art. 6º do Decreto Municipal nº 204/2023, que trata sobre a pesquisa de preços.

§ 2º - O aviso de dispensa de Licitação deverá sempre informar se utilizará para a respectiva contratação a preferência estabelecida no caput deste artigo.

SEÇÃO III

DO PROCEDIMENTO DE DISPENSA ELETRÔNICA

SUBSEÇÃO I

DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL

Art. 13 – O Município poderá realizar dispensa de licitação na forma eletrônica, através da plataforma de sistema de licitações eletrônica adotada pela Municipalidade, atentando-se ao seguinte:



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por ELIO MARCINIAC. A Prefeitura Municipal de Santa Tereza do Oeste, PR da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de <http://www.santatereza.pr.gov.br> link Diário Oficial.

[Início](#)



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE

QUARTA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO DE 2023

ANO: II

EDIÇÃO Nº: 02315 56Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

- I – A descrição com as especificações do objeto a ser contratado;
- II – O quantitativo e os valores máximos de cada item;
- III – A forma de contratação com diretrizes acerca dos prazos de entrega ou prestação dos serviços;
- IV – O intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
- V – As condições da contratação e as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
- VI – A data e o horário de sua realização, respeitado o horário comercial, e o endereço eletrônico onde ocorrerá o procedimento.

Parágrafo único – Deverá ser observado o prazo mínimo de 03 (três) dias, entre a data da publicação do aviso de dispensa com a data designada para o envio e recepção de lances, sob pena de ilegalidade.

Art. 14 – Concomitante com os documentos de habilitação, o fornecedor poderá apresentar proposta de preços, exclusivamente por meio de plataforma eletrônica adotada pelo Município, para fins de participar da sessão de lances, até a data e horários pré-estabelecidos pela Administração Municipal.

Art. 15 – Em data e horário previamente estabelecidos, aqueles que apresentaram propostas e documentos conforme art. 14, participarão de sessão de lances, onde será vencedor aquele que apresentar a melhor proposta.

Art. 16 – O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, de modo que, somente estas participarão da fase de lances.

§ 1º - Iniciada a etapa de lances, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico adotado pelo Município, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

§ 2º - Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.

Art. 17 – Em casos de desconexão, e/ou, falha no sistema, o agente de contratação poderá suspender a sessão de lances;

Art. 18 – Será utilizado o sistema eletrônico para eventuais trocas de mensagens entre o Agente responsável pela condução do processo e os participantes.

Art. 19 – Será responsabilidade do participante acompanhar o andamento de todo o procedimento, não cabendo nenhum ônus ao Município pela perda do negócio em decorrência de inobservância quanto às informações emitidas via sistema.

Art. 20 – Não será permitida a utilização de dispensa eletrônica para:



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por ELIO MARCINIAC. A Prefeitura Municipal de Santa Tereza do Oeste, PR da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de <http://www.santatereza.pr.gov.br> link Diário Oficial.

[Início](#)



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE

QUARTA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO DE 2023

ANO: II

EDIÇÃO Nº: 02315 56Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

I – Locações imobiliárias e alienações; e

II – Bens e serviços especiais, incluídos os de engenharia, conforme o inciso VII do art. 2º deste Decreto.

Art. 21 – Será declarado vencedor o participante que apresentar a melhor proposta, bem como, todos os documentos exigidos por ocasião do sistema eletrônico;

Parágrafo único – O agente responsável pela condução do processo solicitará ao vencedor o encaminhamento de proposta ajustada com o valor final proposto, via sistema eletrônico ou via e-mail.

Art. 22 – Na hipótese de o participante ser desclassificado, ou não ter apresentado documentos de acordo com o solicitado, o Agente Responsável pela condução dos trabalhos examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e às condições de habilitação.

Parágrafo único – Eventuais vícios quanto aos requisitos de habilitação poderão ser saneados de ofício ou mediante provocação do interessado, desde que não haja prejuízo ao princípio da isonomia, economicidade e legalidade.

Art. 23 – Se nenhum participante atender às exigências do objeto pretendido pela Administração Municipal, o Departamento de Licitações e contratos poderá, diretamente valer-se, da melhor proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação.

Art. 24 – Do procedimento de Dispensa eletrônico de Licitação, após verificado o participante vencedor, o processo será encaminhado a autoridade competente para Ratificação e/ou outra providencia.

Art. 25 – Caberá ao interessado verificar e se atentar às regras previstas pelo sistema eletrônico adotado pelo Município.

SEÇÃO IV DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Art. 26 – É inexigível o processo de licitação quando verificada impossibilidade de competição, conforme preceitua o artigo 74 da Lei da Lei 14.133/21;

Art. 27 – A comprovação da inviabilidade de competição prevista no inciso I do Art. 74 da Lei 14.133/21, poderá ser feita através dos seguintes documentos:



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por ELIO MARCINIAC. A Prefeitura Municipal de Santa Tereza do Oeste, PR da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de <http://www.santatereza.pr.gov.br> link Diário Oficial.

[Início](#)



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE

QUARTA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO DE 2023

ANO: II

EDIÇÃO Nº: 02315 56Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

I – Atestado de exclusividade; ou;
 II – Contrato de exclusividade, ou;
 III – Declaração do fabricante, ou;
 IV – Outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, vedada a preferência por marca específica.

Art. 28 – A celebridade e consagração do artista, previsto no inciso II do art. 74 da Lei 14.133/21, poderá ser Nacional, Regional e até mesmo local.

§ 1º - A comprovação da consagração Regional e Local, poderá se dar mediante apresentação de encartes, revistas, recortes de jornais, noticiários de apresentações anteriores, entre outros documentos hábeis à demonstrar que o artista escolhido é notoriamente conhecido no âmbito da contratação;

§ 2º - A comprovação de exclusividade do empresário, não será restrita ao evento, data ou local específico, devendo possuir caráter permanente.

Art. 29 – A comprovação da notória especialização, para fins de enquadramento da inexigibilidade de licitação prevista no inciso III do art. 74 da Lei 14.133/21, poderá se dar mediante os seguintes documentos, não cumulativos:

I – Atestado de Capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito publicou ou privado, que ateste desempenho anterior decorrente de serviços semelhantes àquele pretendido pela Administração Municipal;

II – Estudos desenvolvidos na respectiva área ou tema;

III – Experiências, publicações de artigos, organização e/ou aparelhamento de equipe técnica;

§ 1º - A comprovação acima, poderá ser tanto do profissional quanto da empresa contratada;

§ 2º - Não será permitida a subcontratação de empresa ou profissional, diverso daqueles que deram origem à inviabilidade de competição.

§ 3º - Caberá ainda à Administração Pública Municipal de Santa Tereza do Oeste, para fins de contratação com base no inciso III do Art. 74 da Lei 14.133/21, demonstrar que não dispõe de profissional dentro do seu quadro, capaz de realizar tais serviços, ou ainda, na existência deste, comprovar sua impossibilidade ou acúmulo de serviços.

Art. 30 – Conforme previsto no inciso III do Art. 74 da Lei 14.133/21, não será admitida inexigibilidade de licitação para fins de contratação de serviços de publicidade, propaganda e divulgação, pelo que, deve ser observada as regras da Lei Federal 12.232/2010.



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por ELIO MARCINIÁK. A Prefeitura Municipal de Santa Tereza do Oeste, PR da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de <http://www.santatereza.pr.gov.br> link Diário Oficial.

[Início](#)



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE

QUARTA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO DE 2023

ANO: II

EDIÇÃO Nº: 02315 56Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Art. 31 – Nas contratações com fundamento no inciso V do art. 74 da Lei 14.133/21, devem ser observados os seguintes requisitos:

I – Justificativa para a escolha do imóvel, demonstrando sua singularidade em relação aos demais;

II – Comprovação de inexistência de imóvel de propriedade do Município que possa servir ao objeto pretendido, ou ainda, existindo, a impossibilidade de sua utilização;

III – Avaliação prévia do bem através de laudo emitido por comissão especial a ser designada pela autoridade competente para aquele fim, que aponte ainda o estado de conservação, eventuais custos de investimento;

Art. 32 – Será ainda considerada inviável a competição, passível de inexigibilidade de licitação, a aquisição de bens de marcas específicas ou serviços com prestador específico, para cumprimento de ordem judicial.

Art. 33 – As hipóteses de inexigibilidade de licitação acima previstas, são meramente exemplificativas, de modo que, uma vez comprovada a inviabilidade de competição, a licitação será inexigível;

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 34 – Os contratos firmados em decorrência de dispensa de licitação poderão ser prorrogados, dentro dos limites previstos na Lei 14.133/21;

Art. 35 – Aplica-se a este Decreto as mesmas regras de sanções previstas no art. 155 e seguintes da Lei 14.133/21.

Art. 36 – Se comprovado o dolo, responderão administrativa, civil e penalmente os servidores por ocasião de uso indevido de seus *loguins* e senhas.

Parágrafo único – Aplica-se ainda a este Decreto, no que couber às disposições da Lei Federal 13.079/2018, que trata sobre proteção de dados.

Art. 37 – Os valores limites da compra direta serão atualizados, todo dia 1º de janeiro, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por índice que venha a substituí-lo, acompanhando o Decreto da união de atualização dos valores referente a Lei 14.133/21.

Art. 38 – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições anteriores.



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por ELIO MARCINIAC. A Prefeitura Municipal de Santa Tereza do Oeste, PR da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de <http://www.santatereza.pr.gov.br> link Diário Oficial.

[Início](#)



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE

QUARTA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO DE 2023

ANO: II

EDIÇÃO Nº: 02315 56Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Art. 39 – Os casos omissos decorrentes da aplicação deste Decreto serão dirimidos pela Secretaria de Administração, que poderá expedir normas complementares, bem como disponibilizar em meio eletrônico informações adicionais.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Tereza do Oeste Pr.

Em, 27 de setembro de 2023.

Elio Marciniak
Prefeito



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por ELIO MARCINIAK. A Prefeitura Municipal de Santa Tereza do Oeste, PR da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de <http://www.santatereza.pr.gov.br> link Diário Oficial.

[Início](#)